**INVASÃO DAS TERAS DO POVO TREMEMBÉ – MARANHÃO**

Uma invasão violenta sofreu o Povo de Tremembé do Engenho, novamente, no seu território ao ser invadido, no município de São José de Ribamar, no Estado do Maranhão, Brasil. Apoiado pelo governo de Bolsonaro, um “empresário” do setor imobiliário invadiu território tradicional, com máquinas pesadas e destruindo toda a Terra Sagrada Indígena, abre estradas e um atalho, por meio da aldeia, para melhorar os acessos a um condomínio fechado, já construído. Denuncia o cacique Leleko Tremembé: “Eles abriram para dar acesso a um condomínio que tem do outro lado, estão passando tratores e caçambas [que são baldes para tirar água dos poços] por dentro do território”. (Nota: cacique em Portugal tem um significado negativo, no Brasil não, é uma das lideranças da região). Seguranças armados garantem a continuidade das obras, misturados com soldados governamentais, como diz um outro líder Robson Tremembé: “Vocês estão vendo como está nossa agonia aqui, nosso território cada vez mais sendo devastado, estão fazendo ruas dentro do nosso território para passar caminhão, caçamba, a construtora está aqui dentro do nosso território querendo expulsar nós de qualquer jeito”. Apesar dos tribunais terem dado razão ao Povo de Tremembé do Engenho, em questões como esta e referentes ao mesmo “empresário-saqueador-de-terras”, ele continua “apertando” o território deste povo.

O Povo de Tremembé do Engenho só quer ficar sossegado, ter paz e viver pacificamente nas suas terras originárias, terem a sua tradicional espiritualidade e suas crenças e culturas, não estão a pedir nada ao poder instalado. Há anos que este povo sofre com os despejos das suas terras, destruição de casas e plantações, sem que os organismos oficiais façam absolutamente nada, incluindo a organização governamental Fundação Nacional do Índio (Funai) e os ministros do governo responsáveis, mesmo contra as ordens dos tribunais.

O Povo dos Tremembé era constituídos por nómadas, que viviam entre o sul do Maranhão e o Rio Acarú, no estado atual do Ceará, as trocas comerciais, durante dois séculos, foram efetuadas com muitos europeus, para assim manterem o controlo do território. Formaram aldeias, no século XVIII, com o auxílio dos jesuítas, de Tutoya, Cajueiro e Soure, até que em 1863, por decreto, o governador da Província do Ceará, [José Bento da Cunha Figueiredo Júnior](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Bento_da_Cunha_Figueiredo_J%C3%BAnior), os deu como extintos. Só ressurgem, como povo, reconhecido, na década de 1980. Dançam uma dança tradicional chamada *Tórem* e produzem vinho de caju, colares e pulseiras com conchas, búzios e sementes e têm na tecelagem a sua principal confeção.

Este povo não tem mais que 4 a 5 mil pessoas, censos de 2002, vivendo em diversas aldeias, onde a língua é o português, a língua originária foi perdida, que era vivida no quadro das línguas ameríndias. A religiosidade e a sua natureza étnica estavam muito articuladas, pela chamada “macumba”, sendo que o catolicismo popular bem vivido, combinado pela “macumba” e convivência com os santos da igreja católica.

Este povo é um povo construtor da Paz, não vive para a guerra, mas está desesperado pelo movimento dos ditos “empresários”, que “amamentados” pelo Governo de Bolsonaro, tentam a todo o custo eliminá-lo, para que as terras possam ser tratadas com a eficiência do neocolonialismo e neocapitalismo, tão do agrado do governo brasileiro e de tantas religiões ditas “evangélicas” que namoram o governo, aliás, como pudemos ser testemunhas quando tomou posse.

Como cristãos e cristãs empenhados na defesa dos povos não podemos deixar de denunciar estes atropelos que de Evangelho nada possuem. Jesus, e nós, estamos ao lado dos povos brasileiros, nossos irmãos, e apelamos a que os países civilizados defendam estes povos, que não têm armas atómicas, mas simplesmente a sua Terra para Viver.

**Joaquim Armindo**

**Pós-Doutorando em Teologia**

**Doutor em Ecologia e Saúde Ambiental**

**Diácono – Porto - Portugal**